



PROGRAMA DO CONCURSO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS PARA
A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO
DO EDIFÍCIO DA ESCOLA SUPERIOR DE
HOTELARIA E BEM-ESTAR

2024

Índice

Artigo 1.º Objeto de Concurso	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º Júri do procedimento	3
Artigo 5.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento.....	4
Artigo 6.º Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento.....	4
Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	5
Artigo 8.º Documentos que constituem as propostas	5
Artigo 9.º Idioma dos documentos da proposta.....	6
Artigo 10.º Apresentação de propostas variantes	6
Artigo 11.º Propostas de preço anormalmente baixo	6
Artigo 12.º Prazo e modo de apresentação das propostas	6
Artigo 13.º Exclusão das propostas	7
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	8
Artigo 15.º Critério de adjudicação.....	8
Artigo 16.º Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação	10
Artigo 17.º Documentos de habilitação.....	10
Artigo 18.º Não apresentação dos Documentos de Habilitação	10
Artigo 19.º Prevalência	11
Artigo 20.º Caução.....	11
Artigo 21.º Recurso ao Ajuste Direto.....	11
Artigo 22.º Legislação aplicável	11
ANEXO I MODELO DA DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL.....	12
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO.....	13
ANEXO III INFORMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DA EQUIPA	14
ANEXO IV MODELOS PARA APRESENTAÇÃO DE CAUÇÃO	16
A. MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO.....	16
B. MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA.....	17
C. MODELO DE SEGURO CAUÇÃO	18

Artigo 1.º**Objeto de Concurso**

1. O concurso público nº **04/CPiB/2024** tem por finalidade a celebração de contrato escrito para a aquisição de “**serviços externos para elaboração do projeto da Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar (EHB)**” do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), a construir em Chaves, nos termos e em harmonia com as disposições do Caderno de Encargos, incluindo o programa preliminar.

2. O presente Procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, enquadrando-se num procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

3. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é 71240000-2 - Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento.

Artigo 2.º**Entidade adjudicante**

A entidade pública contratante é o Instituto Politécnico de Bragança, Pessoa Coletiva n.º 600013758, com sede no Campus de Santa Apolónia, 5300-253 BRAGANÇA - Telefone n.º. 273303200 – Fax 273325405, *e-mail*: economato@ipb.pt, cujo horário de funcionamento é das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas, todos os dias úteis.

Artigo 3.º**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Vice-Presidente do IPB, Professor Doutor Albano Agostinho Gomes Alves, nos termos da competência delegada no Despacho n.º 6708/2023, publicado no Diário da República – 2ª Série, n.º 119, de 21 de junho de 2023.

Artigo 4.º**Júri do procedimento**

1. O concurso é conduzido por um júri, designado para o efeito de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designado pelo órgão indicado na cláusula anterior, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá e dois suplentes, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta.

2. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é delegada no júri a competência para a prestação de esclarecimentos sobre as peças do procedimento, nos termos deste programa e do artigo 50.º do CCP.

Artigo 5.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, doravante designada por Plataforma AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

2. O acesso à Plataforma AcinGov é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. Os Interessados apenas necessitarão de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta.

3. Para ter acesso à Plataforma AcinGov, deverá efetuar os seguintes passos:

a. Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão e a Política de privacidade". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à Plataforma AcinGov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados os documentos de adesão da empresa, devidamente assinados pelos representantes legais. Mais informações poderão ser obtidas através do Nº 707 451 451.

b. Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o Programa do Concurso e o Caderno de Encargos estão disponíveis para consulta nos serviços do IPB, no endereço mencionado no art.º 2º, para consulta aos interessados durante as horas de expediente (das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30), desde o dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 130º do CCP, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º

Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da Plataforma AcinGov. No mesmo prazo, os interessados devem apresentar ao IPB, através da Plataforma AcinGov, uma Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos", na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis.

2. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

4. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças presentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na Plataforma AcinGov, de acordo com o artigo n.º 50º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 7.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri de Concurso.

Artigo 8.º

Documentos que constituem as propostas

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta ao IPB a sua vontade de contratar e indica as condições em que se propõe fazê-lo. Para o efeito, a proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools>;
- b) Declaração do Anexo I deste documento;
- c) *Curricula* de todos os elementos da Equipa, devidamente assinados, bem como os modelos constantes no Anexo III, deste documento, devidamente assinados pelos respetivos membros da Equipa;
- d) Documentos conforme a Lei n.º 25/2018 de 14 de junho, relativos à qualificação profissional exigível aos técnicos da Equipa, responsáveis pela elaboração do Projeto;

e) Declaração com os termos ou condições, relativos a aspetos da execução dos contratos não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, relativamente aos quais o IPB pretende que o concorrente se vincule;

f) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis aos esclarecimentos dos atributos da proposta.

2. No caso de agrupamento de concorrentes (seja de pessoas coletivas, seja de pessoas singulares) a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes ou, ainda, pelo representante comum, nos termos do número seguinte.

3. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta pode ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido para cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.

4. Os eventuais agrupamentos assumem a natureza de responsabilidade solidária.

5. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 9.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Propostas de preço anormalmente baixo

Para a prestação do serviço em causa, as propostas de valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço base, serão consideradas propostas de preço anormalmente baixo.

Artigo 12.º

Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às **20:00 horas do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, através da Plataforma AcinGov.

2. As propostas deverão ser apresentadas através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na Plataforma AcinGov, que emitirá aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo da receção de cada proposta com referência às respetivas data e hora de submissão.

- 3.** A apresentação da proposta através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados descritos no número anterior deverá ser efetuada nos termos e condições previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 4.** A proposta e os documentos que a constituem devem ser assinados pelo representante legal do concorrente ou por procurador, através do recurso a uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5.** No caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, a proposta deve ser assinada pelo representante comum ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as empresas que o compõem, nos mesmos termos indicados no número anterior.
- 6.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma AcinGov um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 7.** Todos os documentos e informações exigidos por lei e/ou indicados neste programa de concurso, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.
- 8.** Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes do termo do prazo constante do n.º 1 da presente cláusula.

Artigo 13.º

Exclusão das propostas

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a)** Que foram recebidas após o prazo fixado para a apresentação de propostas;
- b)** Que não apresentem algum dos documentos descritos nas alíneas a) a e), do art.º 8.º do presente Programa, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- c)** Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos;
- d)** A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- e)** Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados pelo Júri;
- f)** Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 15.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade Multifator, correspondente da alínea a) do Art.º 74 do CCP, na qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

2. A adjudicação, implica a ponderação dos seguintes fatores e correspondentes ponderações:

A. Preço (P)..... Ponderação 60%

B. Qualidade da Equipa (Q)..... Ponderação 40%

A **Classificação final (CF)** de cada proposta será atribuída da seguinte forma:

$$CF = 0,6 \times P + 0,4 \times Q$$

Em que:

P - Pontuação atribuída ao Preço de cada proposta;

Q - Pontuação atribuída à Qualidade da Equipa;

MD - Pontuação atribuída à Memória Descritiva;

As classificações de cada um dos fatores, acima enunciados, serão obtidas através das seguintes formas de valoração:

A. Preço da proposta [60%]

A pontuação deste fator será calculada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$P = 95 - \frac{95}{PB - PAB} \times (PP - PAB)$$

No caso de ser apresentado um preço anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos tenham sido apresentados e considerados pelo Júri, será aplicada a seguinte fórmula:

$$P = 100 - \frac{5}{PAB} \times PP$$

Em que,

P = Pontuação final do fator preço;

PB = Preço Base;

PP = Preço da Proposta em análise;

PAB = Preço Anormalmente Baixo.

B. Qualidade da Equipa [40%]

Serão atribuídos **100 (cem) pontos** às equipas que satisfaçam os seguintes requisitos:

a) Coordenador da Equipa de elaboração do Projeto com pelo menos 1 (uma) coordenação de equipas de elaboração de projetos de execução, nos últimos 10 anos, de edifício de utilização pública e de valor de empreitada superior ou igual a 10 000 000€ (dez milhões de euros, s/IVA);

b) Técnicos que integram a Equipa, conforme lista abaixo, de entre outros, e que assinarão os termos de responsabilidade das especialidades, com responsabilidade em, pelo menos, 1 (um) projeto das respetivas especialidades, nos últimos 10 anos, de edifício de utilização pública e de valor de empreitada superior ou igual a 10 000 000€ (dez milhões de euros, s/ IVA):

- i. Arquiteto (conceção/construção de edifícios);
- ii. Engenheiro civil (construção de edifícios);
- iii. Engenheiro eletrotécnico com experiência na elaboração de projetos que incluam, entre outros, postos de transformação de média tensão, redes de baixa tensão e instalações elétricas e de telecomunicações em edifícios, sistemas estruturados, iluminação, GTC e SCIE;
- iv. Engenheiro mecânico com experiência na elaboração de projetos que incluam, entre outros, sistemas de AVAC, GTC e meios de elevação e sistemas de SCIE;
- v. Técnico com habilitações na área dos sistemas de segurança contra incêndios em edifícios;
- vi. Técnico com habilitações na área da Eficiência Energética;
- vii. Técnico com habilitações na área da segurança no trabalho.

Serão atribuídos **75 (setenta e cinco) pontos**, de acordo com as alíneas a) e b), no caso de o valor da empreitada ser superior ou igual a 8 000 000€ (oito milhões de euros) e inferior a 10 000 000€ (dez milhões de euros).

Serão atribuídos **50 (cinquenta) pontos**, de acordo com as alíneas a) e b), no caso de o valor da empreitada ser superior ou igual a 6 000 000€ (seis milhões de euros) e inferior a 8 000 000€ (oito milhões de euros).

Serão atribuídos **25 (cinquenta) pontos**, de acordo com as alíneas a) e b), no caso de o valor da empreitada ser superior ou igual a 3 000 000€ (três milhões de euros) e inferior a 6 000 000€ (seis milhões de euros).

Serão atribuídos **0 (zero) pontos**, às restantes equipas.

Artigo 16.º

Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação

- 1.** A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.
- 2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o IPB notifica o Adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação.

Artigo 17.º

Documentos de habilitação

- 1.** O adjudicatário deve apresentar, sempre que aplicável, reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, através da Plataforma AcinGov. No caso de esta se encontrar indisponível os referidos documentos devem ser enviados para o endereço de correio eletrónico a seguir indicado: economato@ipb.pt.
- 2.** Os documentos devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de **5 (cinco) dias** após a receção da respetiva notificação, através da Plataforma AcinGov.
- 3.** O Adjudicatário dispõe do prazo de **2 (Dois) dias** para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua redação atual.

Artigo 18.º

Não apresentação dos Documentos de Habilitação

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a)** No prazo fixado no presente programa do procedimento ou

- b)** Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos noutra língua.

Artigo 19.º

Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do CCP as normas constantes do mesmo código prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 20.º

Caução

- 1.** Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, será exigida a prestação de uma caução no valor de 5% do preço contratual, caso este seja igual ou superior a 500.000,00€
- 2.** Caso não seja exigida a prestação de caução, pode o IPB, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 21.º

Recurso ao Ajuste Direto

O IPB poderá recorrer ao procedimento por ajuste direto, ao abrigo do disposto nos artigos 24.º, ou 27º do CCP.

Artigo 22.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovadas pelo D.L. 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar.

ANEXO I
MODELO DA DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

_____ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão ou objeto social, morada ou sede), pessoa coletiva nº _____, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público n.º **04/CPiB/2024**, para **"SERVIÇOS EXTERNOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DA ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E BEM-ESTAR DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (IPB)"**, a que se refere o anúncio de procedimento nº ____ datado de __/__/2024, obriga-se a celebrar e executar o contrato em conformidade com o respetivo Caderno de Encargos, pelo global de _____, (numerário e extenso), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do disposto nos artigos 60º e 97º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e submete-se, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal da Comarca de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data...

Assinatura...

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

INFORMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DA EQUIPA

Para efeitos de aplicação dos critérios de avaliação, os concorrentes devem apresentar os *curricula* de todos os elementos da Equipa, devidamente assinados, bem como os modelos apresentados a seguir, devidamente assinados pelos respetivos membros da Equipa. Adicionalmente, o IPB poderá solicitar, ao adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação de elementos documentais que comprovem, inequivocamente, a autoria das elaborações e ou revisões referidas nos modelos abaixo.

a) Coordenador da Equipa de elaboração do Projeto, conforme alínea a) do fator “B. Qualidade da Equipa”, do n.º 2, do artigo 15.º.

Nome: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

b) Técnicos que integram a Equipa de Revisão, conforme alínea b) do fator “B. Qualidade da Equipa”, do n.º 2, do artigo 15.º.

Nome i.: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

Nome ii.: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

Nome iii.: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

Nome iv.: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

Nome v.: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

Nome vi.: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

Nome vii.: _____

Assinatura: _____

Identificação da obra	Finalidade da obra	Dono da obra	Valor da empreitada

ANEXO IV

MODELOS PARA APRESENTAÇÃO DE CAUÇÃO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos]

A. MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euro: €.....

Vai [nome], residente (ou com escritório) em [data], na [morada], depositar na [indicar se é sede, filial, agência ou delegação] da [identificar instituição], a quantia de € [....] .[(por extenso em moeda corrente)] [em dinheiro ou representada por [n.º] títulos emitidos ou garantidos pelo Estado], como caução exigida para a aquisição de bens e serviços relativos **à contratação de serviços externos para a elaboração do projeto de execução do edifício da escola superior de hotelaria e bem-estar**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 89º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem do Instituto Politécnico de Bragança, com sede em Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, ao qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Data)

(Assinatura)

B. MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco com sede em [indicar sede] matriculado na Conservatória do Registo Comercial de [indicar local da Conservatória], com capital social de [indicar capital social] presta a favor de Instituto Politécnico de Bragança, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de [indicar valor] correspondente a [percentagem] %, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a [designação empresa adjudicatária] assumirá no contrato que com ela o Instituto Politécnico de Bragança vai outorgar e que tem por objeto a **contratação de serviços externos para a elaboração do projeto de execução do edifício da escola superior de hotelaria e bem-estar.**

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Instituto Politécnico de Bragança, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a [designação empresa adjudicatária] assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Data:

O BANCO,

Assinatura

Com sede/agência em [indicar sede]

C. MODELO DE SEGURO CAUÇÃO

A companhia de seguros [designação da companhia de seguros], com sede em [indicar sede], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [indicar local da Conservatória], com capital social de [indicar capital social], presta a favor do Instituto Politécnico de Bragança, e ao abrigo de contrato de seguro – caução celebrado com [tomador do seguro], garantia à primeira solicitação, no valor de [indicar valor] correspondente a [percentagem], destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a [empresa adjudicatária] assumirá no contrato que com ela o Instituto Politécnico de Bragança vai outorgar e que tem por objeto **a contratação de serviços externos para a elaboração do projeto de execução do edifício da escola superior de hotelaria e bem-estar.**

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia, no prazo de cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do Instituto Politécnico de Bragança, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira a possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a [empresa adjudicatária] assume com a celebração do contrato.

A companhia de seguros, não pode opor ao Instituto Politécnico de Bragança quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Data

O BANCO/SEGURADORA
Com sede em [indicar sede]

OU

Agência de [nome e local do BANCO/SEGURADORA]

(Assinatura)

OBS: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, ou quaisquer outras pessoas com poderes para obrigar, devem ser reconhecidas na qualidade do exercício.